

Memória, gestão, políticas culturais e inclusão no caso da Vila Itororó

Memory, management, cultural policies and inclusion in the case of Vila Itororó

Memoria, gestión, políticas culturales e inclusión en el caso de Vila Itororó

Thais Luppi Cardoso, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: thalupcar@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-5862-935X>

Ana Maria Wilhelm, mestranda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: anamwilheim@gmail.com  <https://orcid.org/0009-0005-3044-4256>

Para citar este artigo: CARDOSO, T. L.; WILHEIM, A. M. Memória, gestão, políticas culturais e inclusão: o caso da Vila Itororó. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 50-64, 2025.

DOI 10.5935/cadernospos.v25n1p50-64

Submissão: 2024-03-17

Aceite: 2024-12-30

Resumo

Este artigo busca, por meio de instrumentos como a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e a leitura de imagens e mapas, conhecer o processo de proteção da Vila Itororó, em São Paulo, de modo a entender se foi aplicada uma metodologia participativa



de projeto para promover a inclusão da população. Interessa explicar qual é o valor histórico e cultural da Vila Itororó que a fez passível de tombamento e como se deu a proposta de mudança de uso que originalmente era residencial e passou a servir como espaço de lazer. Entende-se que vincular a proteção do bem histórico e cultural ao planejamento urbano pode gerar condições para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida urbana se se atribuírem ao patrimônio histórico e cultural um valor e uma função construídos em parceria com a população.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Planejamento urbano; Arquitetura e urbanismo.

Abstract

This article seeks, through instruments such as bibliographic research, field research and reading of images and maps, to understand the protection process of Vila Itororó, in São Paulo, in order to understand if a participatory project methodology was applied to promote the inclusion of the population. It is interesting to explain the historical and cultural value of the town that made it the object of cataloging and how the proposal to change its use arose, which was originally residential and began to serve as a leisure space. It is understood that linking the protection of historical and cultural assets to urban planning can generate conditions for social inclusion and the improvement of the quality of urban life if the historical and cultural heritage is given a value and a built function together with the population.

Keywords: Cultural heritage; Urban planning; Architecture and urbanism.

Resumen

Este artículo busca, a través de instrumentos como investigación bibliográfica, investigación de campo y lectura de imágenes y mapas, comprender el proceso de protección de Vila Itororó, en São Paulo, con el fin de comprender si se aplicó una metodología de proyecto participativo para promover la inclusión de la población. Es interesante explicar el valor histórico y cultural de la localidad que la convirtió en objeto de catalogación y cómo surgió la propuesta de cambiar su uso, que en origen era residencial y pasó a servir como espacio de ocio. Se entiende que vincular la protección de los bienes históricos y culturales a la planificación urbana puede generar condiciones para la inclusión social y la mejora de la calidad de vida urbana si se le da al patrimonio histórico y cultural un valor y una función construida junto con la población.

Palabras clave: Patrimonio cultural; Planificación urbana; Arquitectura y urbanismo.



INTRODUÇÃO

Nos últimos 50 anos, o processo de globalização das cidades e as transformações tecnológicas e produtivas levaram ao esvaziamento de áreas industriais, portuárias, ferroviárias e centros históricos à medida que novos centros urbanos foram se desenvolvendo na cidade (Somekh; Campos Neto, 2005). Áreas bem servidas de infraestrutura urbana foram trocadas por novos polos econômicos em regiões de urbanização mais recente, dando origem aos vazios urbanos, isto é, espaços da cidade que, por estarem sem uso ou subutilizados, sofreram um processo de degradação, muitas vezes os levando ao estado de ruína (Cavalcanti, 2018). A sociedade pós-industrial, na qual se desenvolveram os sistemas fabris e as estruturas de classe, foi substituída por uma sociedade cognitiva (Ascher, 2010) que apresenta um caráter global e configura um cenário de transformação da sociedade.

Nesse sentido, o cenário de crise e abandono de espaços no tecido urbano levou a uma necessidade de melhoria da imagem das áreas degradadas da cidade, e, por conta do capital imobiliário, o poder público passou a investir em formas de recuperar os espaços que perderam sua função nas dinâmicas da cidade, com a proposta de novos usos. É nesse discurso que aparece a cultura como instrumento nas políticas urbanas no intuito de atrair pessoas e capital (Kara-José, 2007). O discurso da cultura foi bastante utilizado em projetos de intervenção em áreas e bens de valor histórico na tentativa de polir a sua imagem e propor novos usos. No Brasil, a década de 1970 é marcada por uma retomada dos valores da preservação urbana, em que a reutilização de antigas estruturas da cidade é articulada à proposição de espaços de comércio e serviço e de atividades de cultura e lazer (Vargas; Castilho, 2006).

Hoje, o Plano Diretor Estratégico de São Paulo propõe instrumentos urbanísticos para uma cidade que deve lidar com questões densas e complexas, mas nem sempre as soluções propostas envolvem um projeto consciente¹, como mostram Nakano e Guatella (2016, p. 152):

Ao discutir os padrões de verticalização das edificações produzidas pelo mercado da incorporação, fica evidente a incidência daqueles parâmetros na geração de formas urbanas que podem ser mais ou menos deletérias para a vitalidade urbana, em especial nos espaços públicos.

A conservação de bairros históricos é uma questão que se relaciona com as diretrizes de crescimento da cidade. Entende-se que a conservação é, na verdade, uma exigência do desenvolvimento (Meneses, 1978; Yázigi, 2012). Contudo, existe

1 Por consciente, entende-se aquilo que “envolve raciocínio, conhecimento, percepção, decisão; que tem conhecimento de (algo); cômico, ciente, informado; que é tratado ou executado com conhecimento crítico, cuidado, honestidade; responsável, sério; que assume uma postura ideológica; que tem consciência de sua condição ou papel; que se preocupa com o próximo e não age levado por motivos egoístas; responsável; que procede com consciência; probo; que é feito com meticulosidade, cuidado” (*Dicionário Houaiss*, 2023).



uma forte tensão entre a transformação e a preservação urbana. A Vila Itororó, em São Paulo, é um exemplo dessa tensão (Barbour, 2017).

O QUE É A VILA ITORORÓ²?

A Vila Itororó é um conjunto de casas projetado e construído no início do século XX pelo português Francisco de Castro com o intuito de abrigar um palacete residencial, moradias de aluguel e um complexo esportivo. Sua arquitetura – muitas vezes caracterizada como bizarra, pitoresca, surrealista (Feldman; Castro, 2017; Barbour, 2017) – é um de seus elementos mais marcantes por trazer componentes de diversos estilos e, também, inovador pelo (re)uso de peças de demolição, como é o caso dos ornamentos vindos do antigo Teatro São José (Jones, 1995; Scarance, 1998). A importância da Vila Itororó para a cidade de São Paulo, contudo, não vem apenas da sua arquitetura curiosa, mas também de sua materialização, considerada como um modelo da evolução habitacional na capital (Feldman; Castro, 2017).

Localizada onde hoje é identificado como distrito da Bela Vista e subprefeitura da Sé, e mais precisamente na quadra lindeira às ruas Pedroso, Martiniano de Carvalho, Monsenhor Passalacqua e Maestro Cardim, a Vila Itororó está inserida em uma área de considerável desnível topográfico e próxima do vale do Itororó, cujo córrego hoje está canalizado e passa sob a avenida Vinte Três de Maio. A Figura 1 mostra a relação da Vila Itororó com o entorno, comparando o mapa de 1930 com a foto de satélite recente.

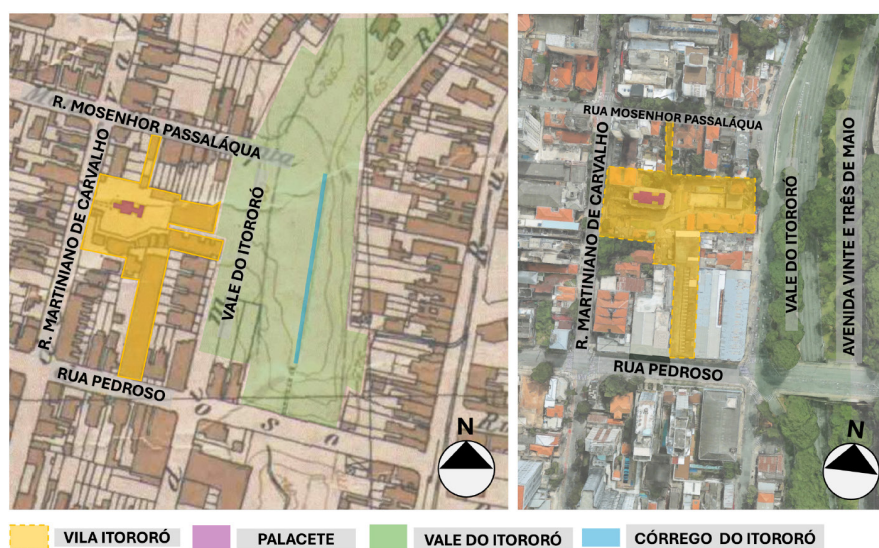


Figura 1: Localização da Vila Itororó e sua relação com o entorno a partir da comparação entre o recorte do mapa de São Paulo de 1930 e a imagem de satélite de 2023. Fonte: A base de 1930 está disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: out. 2024. A base com a imagem de satélite foi retirada do Google Earth.

2 Esse trecho do artigo foi escrito a partir de informações retiradas do livro *Vila Itororó: uma história em três atos*, de Sarah Feldman e Ana Castro (2017), de notas e notícias de jornais referentes à Vila Itororó, encontradas no acervo digital do jornal *O Estado de S. Paulo*, e do site da Vila Itororó, da prefeitura de São Paulo: <https://vilaitororo.prefeitura.sp.gov.br/historia/>. Acesso em: out. 2024.



Historicamente, a implantação da Vila Itororó em um terreno de fundo de vale – mas que era próximo do centro da cidade e de diversos equipamentos urbanos – tinha como objetivo servir aos usos propostos por seu primeiro proprietário e construtor, o português Francisco de Castro: moradia, moradia de aluguel e espaço de lazer. O preço acessível do lote, a proximidade com o centro da cidade – área urbana já estruturada – e a promessa de urbanização da região o levaram a investir nesse terreno, cuja conformidade juntava fundos de lote e tinha acesso a diferentes ruas (Feldman; Castro, 2017).

Assim, entre os anos 1910 e 1920, construíram-se um grande palacete, um conjunto de casas assobradadas para aluguel, o jardim e a piscina, a primeira particular da cidade e que aproveitava a água do córrego Itororó para se abastecer (“Na Vila Itororó, abandono ameaça história da cidade”, 1977). O palacete foi uma das edificações que mais se transformaram ao longo dessa primeira década: na ambição de ampliá-lo, Francisco de Castro alterou sua fachada e configuração, trazendo ornamentos e peças estruturais da demolição de outras obras na cidade. Essa construção em fases, que misturava diversos estilos arquitetônicos, deu um aspecto original e pitoresco à Vila Itororó, como uma espécie de colagem. A Figura 2³ mostra as etapas de construção do palacete ao longo da década de 1910 e a transição de estilos arquitetônicos.



Figura 2: Fases de construção do palacete da Vila Itororó. Fonte: Feldman e Castro (2017, p. 51, 74-75).

Para a área de lazer, Castro dedicou-se ao projeto de paisagismo, ornamentando-o com esculturas e estátuas. Almejava também montar um clube de hidroginástica aproveitando a estrutura da piscina e a proximidade com o córrego Itororó. Em relação às casas assobradadas, a ideia de Castro era instalar moradia de aluguel como uma forma de gerar renda, aproveitando um sistema que estava em alta na cidade de São Paulo e que se mostrava bastante rentável (Feldman; Castro, 2017). A peculiaridade da Vila Itororó chamou a atenção de intelectuais da época

3 Essas imagens também estão disponíveis em: <https://vilaitororo.prefeitura.sp.gov.br/programacao/publicacoes/vila-itororo-uma-historia-em-tres-atos-por-sarah-feldman-e-ana-castro/> Acesso em: 18 fev. 2025.



que, por intermédio de Francisco de Castro, passaram a frequentá-la em eventos culturais que envolviam também famílias da elite paulistana (Feldman; Castro, 2017; ver também “Itororó, uma velha vila que vai acabar”, 1975; “O futuro da Vila Itororó: um grande centro cultural”, 1978). Entre colunas, carrancas, cariátides, medalhões e estátuas, os primeiros anos da Vila Itororó foram marcados por sonhos e prosperidade. A Figura 3⁴ mostra a relação da Vila Itororó com o seu entorno e a paisagem urbana no início da década de 1920.

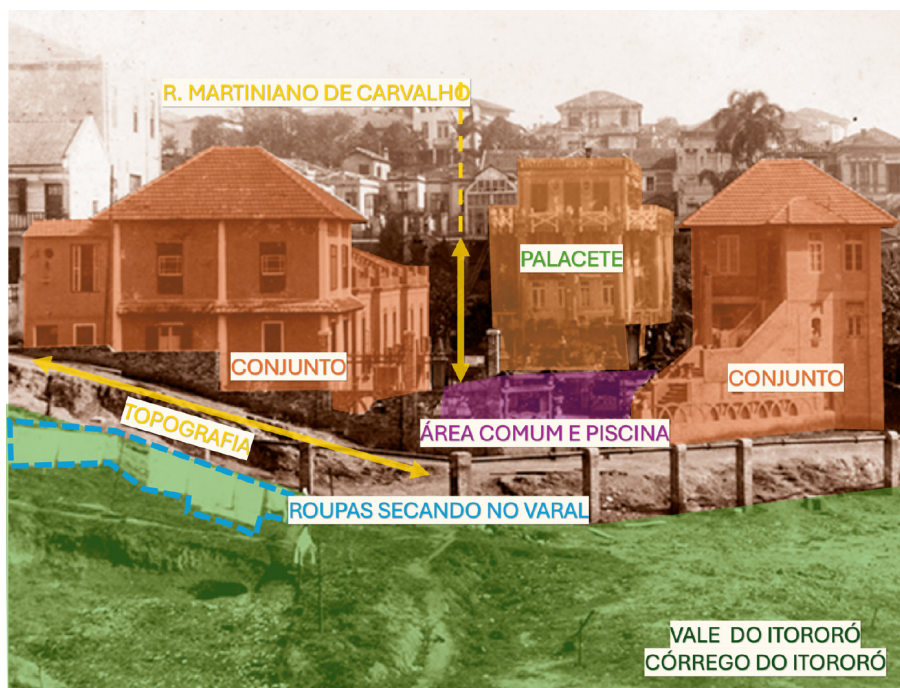


Figura 3: Estudo da relação da Vila Itororó com o entorno e a paisagem urbana na década de 1920. Fonte: Análise feita com base em Feldman e Castro (2017, p. 81).

Contudo, com o falecimento de Francisco de Castro, em 1932 há uma mudança nos projetos futuros da Vila Itororó, que vai a leilão no ano seguinte. Assim, seu patrimônio é arrematado publicamente por credores, e, mais tarde, o conjunto de casas é doado à instituição de caridade Santa Casa de Indaiatuba, passando a ser propriedade de Augusto de Oliveira Camargo (“Itororó, uma velha vila que vai acabar”, 1975). O novo proprietário explora a função de moradia de aluguel da Vila Itororó, estendendo-a ao palacete, que é subdividido em unidades de moradia independentes em cada andar. Moram nesses espaços diversas famílias de diferentes tamanhos; quanto maiores são o espaço e seu estado de conservação, considerando a sua localização no lote, maior é o aluguel cobrado. Já a infraestrutura da área de lazer – como a piscina – foi alugada, até a década de 1990, para o Clube Éden de Futebol, que separou o espaço do acesso aos moradores da Vila Itororó (Feldman; Castro, 2017).

4 Essa imagem também está disponível em: <https://vilaitororo.prefeitura.sp.gov.br/programacao/publicacoes/vila-itororo-uma-historia-em-tres-atos-por-sarah-feldman-e-ana-castro/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

O desenvolvimento da Vila Itororó na cidade de São Paulo acompanha um processo no qual, entre os anos 1940 e 1970, há uma transformação nos âmbitos social e cultural na capital paulista por conta do crescimento da cidade e do surgimento de novos centros urbanos e polos econômicos (Feldman; Castro, 2017). À medida que a região central é esvaziada por famílias de poder aquisitivo que buscam acompanhar o surgimento desses novos espaços, há uma desvalorização das áreas mais antigas já consolidadas, o que permite a cobrança de aluguel mais baixo em área de boa infraestrutura urbana. Isso se reflete na Vila Itororó, que passa a abrigar famílias de menor renda, principalmente no processo de migração de pessoas que vêm de outras regiões do país buscar em São Paulo melhores condições de vida, e atrair essa população por sua localização e oferta de moradia a um preço acessível.

Dessa forma, quando nos anos 1970 há um momento no qual a preservação de bens de valor histórico e cultural passa a ganhar força nas cidades brasileiras, a Vila Itororó chama a atenção de arquitetos, urbanistas e historiadores que identificam a sua arquitetura peculiar como passível de proteção. O então agravado estado de deterioração do espaço faz com que eles se mobilizem buscando soluções para o cenário encontrado, o que resultaria no tombamento da Vila Itororó anos mais tarde. Com a finalização da obra da avenida Vinte e Três de Maio, em 1969, há uma valorização da sua área lindeira, o que atrai a especulação imobiliária para o terreno da Vila Itororó, que vê a possibilidade de bons projetos e empreendimento. Diante do risco que a Vila Itororó corria, houve uma mobilização dos interessados em preservá-la e protegê-la de uma possível destruição – seja pela má conservação ou pela implementação de um novo empreendimento.

O PROCESSO DE PROTEÇÃO DA VILA ITORORÓ⁵

Antes de abordar o processo de proteção da Vila Itororó, é importante resgatar a preservação do patrimônio cultural no Brasil. Essa é uma questão que vem sendo debatida desde o início do século XX, quando Mario de Andrade propôs o Decreto-Lei nº 25, em 1937, e a criação do Sphan (atual Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional). Nessa mesma época, foi apresentado o conceito de patrimônio histórico e artístico, cuja definição abrange arquiteturas e monumentos representativos da história da nação, muitas vezes restritos à escala do lote. Anos mais tarde, na década de 1960, o debate sobre a preservação do patrimônio cultural toma outra perspectiva, bastante influenciada pela Carta de Veneza (1964), cujas recomendações ampliaram o conceito de patrimônio, passando a tratá-lo a partir da ideia de mancha urbana, não mais o restringindo ao lote ou à sua monumentalidade.

Dentro dessa abordagem, destacou-se o conceito de patrimônio ambiental urbano, bastante discutido por Ulpiano Bezerra de Meneses (Meneses, 1978)

⁵ Esse trecho do artigo foi escrito a partir de informações retiradas de notas e notícias de jornais encontradas no acervo digital do jornal O Estado de S. Paulo.



e Eduardo Yázigi (2012). Ambos os autores reforçam a importância da relação entre aquilo que é passível de proteção e o homem, isto é, a forma como eles se articulam. Nessa linha, Yázigi (2012) introduz essa relação a partir da ideia de ambiência. Em São Paulo, essa percepção cresce ao longo das décadas de 1970 e 1980, quando são realizados trabalhos voltados à preservação do patrimônio na escala urbana, como foi o caso do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo (Igepac-SP).

Em 1975, foi criado o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) na Secretaria Municipal de Cultura, porém ele passa a ter poder de tombamento apenas na década de 1980. Sua atuação, no entanto, adotou uma linha de trabalho que voltava a fragmentar a preservação da questão urbana. Apesar de ser de grande importância, o tombamento é uma ferramenta considerada limitada no que diz respeito à efetiva preservação do bem, o que resultou em uma série de processos abertos sem chegar a uma efetiva salvaguarda (Somekh, 2017).

É nesse contexto, de um processo de reflexão acerca do patrimônio histórico e cultural em São Paulo, que surge a primeira proposta de projeto de restauração da Vila Itororó, encomendada pela Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep) e realizada pelos arquitetos Benedito Lima de Toledo, Décio Tozzi e Cláudio Tozzi, com a curadoria de Araci Amaral e o paisagismo de Burle Marx. Atraídos pela característica original da arquitetura da Vila Itororó, que recorre a diversos estilos por conta de seu processo de construção e do reuso de peças vindas da demolição de outras obras, como o Teatro São José (Scarance, 1998), e pela sua inserção urbana, eles propõem um projeto de recuperação urbana da Vila Itororó, cujo novo uso seria de um centro de artes, cultural e de lazer, contemplando atividades como: espaços de exposição e manifestações artísticas, como a dança, a música, a fotografia e a pintura; centro de artes para crianças e adolescentes, e o aluguel de espaços para restaurantes, lojas e galerias de arte (“Itororó, uma velha vila que vai acabar”, 1975). O projeto é apresentado à prefeitura, que simpatiza com a ideia e procura formas de viabilizá-lo.

No entanto, ao mesmo tempo que existia a promessa de recuperar a Vila Itororó e suas casas, transformando-a em um centro cultural e de lazer, havia a realidade de que a vila ainda exercia uma função de moradia e, ainda que repleta de cortiços, era habitada por 80 famílias (“O futuro da Vila Itororó: um grande centro cultural”, 1978). Para os arquitetos, urbanistas e apreciadores do local, mantê-las habitando as edificações da vila agravava o processo de descaracterização da arquitetura característica; não só isso, ao mesmo tempo que manter o cenário das famílias habitando a vila era um risco para sua preservação, mantê-las naquelas edificações sem tratamento e cuidado era um risco para as próprias famílias. Ulpiano Bezerra de Meneses (1985) discute a questão do uso e da moradia em seu parecer sobre o tombamento da Vila Itororó, apontando a importância de o projeto de intervenção estar atrelado a um projeto de intervenção urbana.



Em 1994, após mais de uma década do início dos debates sobre a necessidade de preservação das edificações, a Vila Itororó é tombada pelo órgão de preservação estadual de São Paulo, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), que impedia a sua demolição e descaracterização sem aprovação do órgão (“Patrimônio Histórico tomba Vila Itororó”, 1994). O palacete recebeu nível 1 de preservação, isto é, não poderia ser alterada qualquer característica do imóvel, enquanto as casas do entorno receberam nível 3, cuja proteção valia apenas sobre as fachadas. Depois, em 2002, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) propõe a Resolução nº 22/2002, cuja listagem de edificações tombadas inclui a Vila Itororó no nível 3 de preservação (São Paulo, 2024).

Com o tombamento, retoma-se mais uma vez a ideia de implantar um centro cultural no local, uma vez que para o Condephaat era pertinente a vila ter uma função cultural. A demora no processo de tombamento se deu a partir da necessidade de analisar minuciosamente os projetos das casas e as diferentes fases de construção, assim como definir alternativas para a população moradora, que já havia recebido ordem de despejo. Também, a oficialização do tombamento permitia que instrumentos urbanísticos propostos pela Lei de Zoneamento, como a Z8-200 (zona de bem cultural), fossem aplicáveis à área, o que atraiu o interesse de novos investidores, que poderiam ajudar a viabilizar economicamente a execução do restauro e a implantação do centro cultural.

Ainda assim, entre diferentes gestões públicas, a prioridade de realizar o projeto se altera, e, com o processo de tombamento, a vila passa por mais um período de espera, no qual se aguarda saber o seu destino. Dessa forma, a segunda metade da década 1990 significa para os moradores ainda a incerteza de quando teriam que deixar suas casas, ao passo que cada vez mais a vila consolida a sua imagem de espaço de valor cultural e histórico na cidade de São Paulo, atraindo a visita de escolas, faculdades, cursos de artes e amantes da história e da memória. Em 1997, a instituição proprietária da vila, a Fundação Leonor Barros Camargo, da qual fazia parte a Instituição Beneficente Augusto de Oliveira Camargo, desinteressa-se por ela, deixando de cobrar o aluguel dos moradores, que permanecem em suas casas.

No ano de 2006, a prefeitura assina um decreto que torna a área da Vila Itororó de utilidade pública. A intenção, até então, era que as famílias moradoras fossem encaminhadas a programas de moradia da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Em 2007, é assinada pela CDHU a escritura de aquisição de um prédio na Bela Vista, para onde seria realocada a população moradora da vila, cerca de 80 famílias, que teriam até o final do ano seguinte para desocupar suas casas (“Estado compra prédio na Bela Vista para famílias da Vila Itororó”, 2007). Apresentam-se como opção às famílias um apartamento, uma carta de crédito ou um imóvel em bairros não tão centrais – mas essas opções não lhes agradam por completo.



Houve, também, um processo judicial movido pelos moradores, por meio da Associação Moradores da Vila (Ama-Vila), contra a prefeitura pedindo recursos e reivindicando o fato de não terem participado das negociações (“Estado compra prédio na Bela Vista para famílias da Vila Itororó”, 2007). Paralelo a esse impasse, a Secretaria Municipal de Cultura, que ficou encarregada de coordenar as propostas para a vila com a prefeitura e o Conpresp, prepara-se para iniciar os projetos assim que ela fosse desocupada. Os moradores chegaram a pedir para participar e ser inclusos no processo, mas isso não ocorreu da forma como eles gostariam (Brancatelli; Brandalise, 2009), e até o final de 2011 as famílias são retiradas de lá, boa parte aceitando – por não haver outra opção – ir para os apartamentos de 37 metros quadrados em habitação de interesse social próxima à vila ofertados pela prefeitura e pela CDHU em negociação. Em 2012, o restauro da Vila Itororó começa a ser realizado *in loco*, com previsão de terminar a primeira fase em 2014, prazo que acabou se estendendo para 2019.

A VILA ITORORÓ COMO ESPAÇO DE CULTURA E LAZER



Figura 4: À esquerda, o palacete da Vila Itororó em 1920 (Feldman; Castro, 2017, p. 77). Essa imagem também pode ser encontrada em: <https://vilaitororo.prefeitura.sp.gov.br/programacao/publicacoes/vila-itororo-uma-historia-em-tres-atos-por-sarah-feldman-e-ana-castro/>. Acesso em: 18 fev. 2025. À direita, o palacete cem anos depois (acervo pessoal, novembro de 2023).

O último e final projeto proposto para a Vila Itororó, que resgata aquele desenhado por Benedito Lima de Toledo, Décio Tozzi e Cláudio Tozzi, no início dos anos 1970, para torná-la um espaço de função cultural e de lazer, surpreende ao assumir um processo de implantação do projeto aberto à comunidade. Ainda que os ex-moradores não tenham tido a oportunidade de permanecer no espaço de intervenção, houve um esforço, por parte da prefeitura e dos órgãos de proteção ao patrimônio histórico e cultural, de aproximar a população do Bexiga e da cidade de São Paulo do processo de restauro da vila. Em 2015, em parceria



com o Instituto Pedra⁶ – entidade responsável pela revitalização –, foi inaugurado o canteiro aberto da Vila Itororó, cujo espaço abrangia um grande galpão onde eram oferecidas atividades culturais, informações e visitas técnicas referente ao processo de restauro. O centro cultural ficou aberto temporariamente apenas até a reabertura da vila para o público em geral, em 2019.

A experiência, pensada como uma forma de educação patrimonial, foi importante pela tentativa de atrair pessoas para o espaço histórico que estava em restauração e de aproximá-las do que estava ocorrendo no local com atividades culturais, dialogando com o entorno. Com apoio de recursos conquistados a partir da Lei de Incentivo à Cultura, a primeira fase das obras na vila envolveu a limpeza e drenagem do local, intervenções emergenciais no palacete e o levantamento arquitetônico da área, contemplando a situação atual das edificações e dos espaços e um inventário de todos os bens – processo que foi iniciado em 2014 e terminou apenas em 2016⁷. Finalizado o levantamento, foi iniciado o restauro de quatro das edificações, cujo processo buscou ser o mais respeitoso possível nas intervenções, obtendo aprovação do Conpresp e do Condephaat em 2015 e 2016. Também se reformou o galpão anexo, onde foram instaladas as equipes técnicas de arquitetura, educação patrimonial e ativação cultural.

Hoje, a Vila Itororó é um espaço da Secretaria Municipal de Cultura, aberto para a cidade, que oferece serviços como: oficinas gratuitas, o Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial (CRPIR), o Fab Lab livre e o programa vocacional. Entre os cursos disponíveis, há oficinas de contação de história, crochê, culinária, curta e longa-metragens, dança, desenho e gravura, fotografia, meditação, sustentabilidade, pintura, restauração de móveis, teatro, circo, música, xilogravura, ioga e visitas guiadas à vila. O CRPIR trabalha com a promoção de debates, ações culturais e atividades voltados para a promoção da igualdade racial, além de passar orientação em casos de discriminação. O Fab Lab faz parte de uma rede de laboratórios públicos de fabricação digital em São Paulo. Por último, o projeto vocacional foca a formação artística e cultural para jovens e adultos⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se reflete sobre a história e o processo de proteção da Vila Itororó, é possível constatar que a motivação por trás de seu processo de tombamento está no valor histórico e cultural encontrado na arquitetura do conjunto de casas, identificado em um momento no qual o debate sobre a preservação estava presente nas projeções de construção da cidade. Em paralelo a esse debate, estruturavam-se os órgãos de proteção ao patrimônio nas escalas estadual e municipal de São Paulo, que ora dialogavam com o planejamento urbano, ora eram tratados de

6 O Instituto Pedra é uma organização sem fins lucrativos que desenvolve ações no campo do patrimônio cultural. Mais informações estão disponíveis em: <http://institutopedra.org.br>. Acesso em: 18 fev. 2025.

7 Mais informações estão disponíveis em: <https://institutopedra.org.br/projetos/Vila-itororo/>. Acesso em: dez. 2023.

8 Mais informações estão disponíveis em: <https://vilaitororo.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: dez. 2023.



forma mais tradicional, isto é, focando os aspectos materiais formais (Barbour, 2017). Ainda que as edificações e os espaços físicos sejam representativos do valor histórico e cultural que ela abrange, o caso da Vila Itororó envolve uma questão particular ao seu exemplo que se estende à escolha do seu uso e sua função, resgatando o debate sobre o papel dos bens culturais na cidade. Nesse caso, concorda-se com Barbour (2017, p. 220) quando, ao mencionar o trabalho de Ulpiano Bezerra de Meneses, ela diz:

A conclusão a que podemos chegar a partir da participação de Ulpiano Bezerra de Meneses é a de que a forma não tem valor intrínseco, porque o real valor do patrimônio cultural estaria sempre no uso, na sua apropriação e nas transformações que nele se dão sobre o tempo.

Quando a Vila Itororó é reconhecida como um bem passível de intervenção, nos anos 1970, e é proposto um projeto que altera o seu uso de moradia para centro cultural, levanta-se uma reflexão sobre como esse processo deveria ocorrer: “Deveria a preservação da edificação considerar a preservação social?”. Quando se considera que a proteção do patrimônio histórico e cultural deve estar articulada ao planejamento urbano (Somekh, 2016), é importante que a sua reinserção nas dinâmicas da cidade, isto é, o seu uso, leve em conta a população e as questões referentes a ela, uma vez que a sua destinação irá impactar um sistema existente e complexo que não deve ser ignorado (Meneses, 1978).

Nessa linha de pensamento, entende-se que o patrimônio histórico e cultural não deve ser olhado apenas por sua materialidade, mas também pelas relações sociais, culturais e econômicas que ele tem com a cidade, pois trata-se de instrumentos importantes de promoção da qualidade da vida urbana – como defende o conceito patrimônio ambiental urbano, que relaciona a preservação ao planejamento urbano e à necessidade de promover a inclusão social. Assim, concorda-se com a seguinte frase:

Porque o patrimônio pode cumprir um papel de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida urbana, se compreendermos que ele pode ser construído social e simbolicamente por aqueles que com ele se relacionam cotidianamente (Barbour, 2017, p. 222).

No caso da Vila Itororó, o primeiro projeto de recuperação e mudança de uso, proposto por Benedito Lima de Toledo, Décio Tozzi e Cláudio Tozzi, não foi constituído de forma participativa, principalmente na definição do novo uso, assim como a mobilização feita em defesa da vila não partiu da comunidade local, mas sim dos profissionais envolvidos no projeto. Para os arquitetos, a Vila Itororó deveria ter seu uso convertido de residencial a cultural porque este uso se relacionava melhor com as demandas contemporâneas da cidade daquela época. O imóvel pitoresco, de características imaginativas, que estava em agravado



estado de degradação, deveria ser recuperado e devolvido para a população como espaço de recreação e lazer. E, seguindo essa linha, a prefeitura e os órgãos de preservação apoiaram essa ideia, mesmo que fosse preciso desapropriar o espaço.

Nesse sentido, até o início do projeto de restauro e de implantação do centro cultural, a relação entre os órgãos públicos e a comunidade, principalmente a população moradora da vila, foi marcada por tensão e desentendimentos, uma vez que o processo não foi participativo. O projeto só veio a ter uma abordagem mais aberta quando foi implantada a ideia do canteiro aberto, em 2015, que buscou aproximação com os ex-moradores e com a comunidade local, e se preocupou em devolver para a cidade um espaço temporário de educação patrimonial e oficinas artísticas e culturais, até a reabertura da Vila Itororó, em 2019. Essa aproximação com a população existe ainda hoje na oferta de oficinas gratuitas, espaços de debate e promoção da igualdade racial.

Ainda assim, vale uma reflexão acerca do uso e da gestão atual da vila: por mais que haja um esforço de abrir o espaço cultural para a cidade e sua população, é possível identificar que, ao contar a história da Vila Itororó, a narrativa se limita àquela que justifica o seu valor histórico e cultural: sobre o português Francisco de Castro que construiu o conjunto de casas para moradia e idealizou um projeto pitoresco, original, bizarro ao incluir na construção a reutilização de peças de demolição advindos de outras edificações, como o Teatro São José; a primeira piscina ao ar livre e o uso de esculturas, estátuas e colunas em sua ornamentação. Porém, a história da vila também abrange um momento no qual ela abrigou diversas famílias pela moradia de aluguel, cujas narrativas não aparecem de forma tão explícita na construção do seu valor cultural e no próprio espaço físico. Desse modo, como evidenciar essas diferentes experiências ao costurar a narrativa da história da vila? Como realçar a voz dos diferentes atores? Como valorizar todas as faces da história responsáveis pela memória da Vila Itororó?

REFERÊNCIAS

- ASCHER, F. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BARBOUR, V. M. *O patrimônio existe? Os sentidos da Vila Itororó*. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BRANCATELLI, R.; BRANDALISE, V. H. Uma solução para a Vila Itororó. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 130, n. 42323, 2 set. 2009. Cidades, p. 41.
- CAVALCANTI, E. R. *Cidades vacantes, cidades expectantes: produção e transformação dos vazios urbanos em Fortaleza (2000-2018)*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.



DICIONÁRIO Houaiss. Consciente. UOL, 2023. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#5. Acesso em: 20 nov. 2023.

ESTADO compra prédio na Bela Vista para famílias da Vila Itororó. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 128, n. 41518. 20 jun. 2007. Cidades, p. C5.

FELDMAN, S.; CASTRO, A. *Vila Itororó: uma história em três atos*. São Paulo: Instituto Pedra, 2017.

ITORORÓ, uma velha Vila que vai acabar. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 96, n. 30662, p. 42, 12 mar. 1975.

JONES, F. Português construiu Vila Itororó. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 116, n. 37132, 7 ago. 1995. Cidades, p. Z2.

KARA-JOSÉ, B. *Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

MENESES, U. T. B. de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. *CJ Arquitetura*, n. 19, p. 45-46, 1978.

MENESES, U. T. B. de. Parecer sobre o processo de tombamento da Vila Itororó. Parecer técnico nº 22372/82. São Paulo: Instituto de Arquitetos do Brasil, 25 mar. 1985. Disponível em: <https://vilaitororo.prefeitura.sp.gov.br/historia/>. Acesso em: 27 out. 2024.

NA VILA ITORORÓ, abandono ameaça história da cidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 98, n. 31340, p. 54, 21 maio 1977.

NAKANO, K.; GUATELLA, S. A. A forma urbana a partir de planos diretores e leis de zoneamento do município de São Paulo. *Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, v. 6, n. 3, p. 142-154, set. 2015. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8640799>. Acesso em: 9 mar. 2016.

O FUTURO da Vila Itororó: um grande centro cultural. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 96, n. 30662, p. 42, 12 jan. 1978.

PATRIMÔNIO Histórico tomba Vila Itororó. *Folha de S. Paulo*, 14 jun. 1994. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/14/cotidiano/33.html>. Acesso em: dez. 2023.



SÃO PAULO. Resolução nº 22/2002. São Paulo: Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, 2002. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/49c99_22_T_Bairro_da_Bela_Vista.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

SÃO PAULO. Vila Itoororó: história. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2024. Disponível em: <https://vilaitororo.prefeitura.sp.gov.br/historia>. Acesso em: 25 out. 2024.

SCARANCE, G. Vila guarda relíquias do Teatro São José. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 119, n. 38208, 29 maio 1998. Seu bairro: centro, p. Z12.

SOMEKH, N. Inovações e Ausências na Gestão do Patrimônio em São Paulo. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 27, 2017. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/2017.1%20Somekh>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SOMEKH, N. A construção da cidade, a urbanidade e o patrimônio ambiental urbano: o caso do Bixiga, São Paulo. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, p. 220-241, jul./dez. 2016.

SOMEKH, N.; CAMPOS NETO, C. M. Desenvolvimento local e projetos urbanos. *Vitruvius*, abr. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/470>. Acesso em: out. 2018.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. (org.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. São Paulo: Manole, 2006.

YÁZIGI, E. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22-51, jun. 2012.

